

## A educação em tempos de nacionalismo: representações do escotismo durante a Primeira República em Laguna - SC (1917-1930)

### Resumo

Filiando-se a autores da historiografia cultural, este estudo oferece uma reflexão do fenômeno extra-escolar em Laguna - SC. Seu objetivo é identificar nas relações entre a atividade escoteira lagunense e os mecanismos locais de circulação cultural uma construção simbólica de caráter nacionalista, que configurava determinados modelos sociais e direcionava uma apropriação parcial do escotismo. Para fundamentar essa ligação, as fotografias e os variados discursos referentes à sua participação nos desfiles e eventos públicos daquela cidade, principalmente os registros jornalísticos, são importantes meios de reflexão e crítica. Outros aspectos de sua atuação também se relacionaram àquelas representações nacionalistas. Verifica-se, no período sinalizado, certa sintonia entre o desdobramento do escotismo em Laguna e o próprio enquadramento vivido pela educação brasileira de então, dentro e fora dos muros escolares, no sentido de que esse segmento badeniano também experimentou os direcionamentos de um panorama cívico-patriótico, embora numa condição civil e privada, sem, portanto, uma vinculação governamental.

**Palavras-chave:** Escotismo, Nacionalismo, Representação, Eventos cívico-escolares, Educação

**Luiz de Souza Romero Sanson**  
Escola de Ensino Médio  
Prefeito Acácio Garibaldi São Thiago  
luizromerosanson@gmail.com

O texto que segue faz referência ao fenômeno nacionalista brasileiro em suas atenções educacionais, num primeiro plano, e escolares, indiretamente. A pesquisa foi iniciada em 2008 com a finalidade de formalizar trabalho de conclusão de curso em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina. As principais questões levantadas incidem sobre a construção de uma memória pública e cultural por meio das atividades educacionais extra-escolares, além de remeter à história curricular por ocasião das comemorações cívicas. Nesse sentido, é problematizada a relação entre as construções simbólicas difundidas em Laguna e a formação do escotismo local. Assim disposto, o grupo escoteiro e as demandas nacionalistas de seu contexto promoveram uma série de atividades públicas onde, no decorrer dos seus períodos de atividade, buscava-se legitimar um novo sistema político, através da celebração das novas datas e referenciais, e também se buscava inspirar condutas, direcionar um tipo de cidadania e de trabalhador. O escoteiro lagunense, dessa forma, polarizava as representações de sua imprensa e de outras vozes autorizadas no universo municipal e no nacional.

A concepção defendida neste trabalho compartilha principalmente com as interpretações de três estudiosos dessa temática. Da interpretação de Jorge C. do Nascimento é extraído, em especial, o cuidado com possíveis generalizações referentes à proposta escoteira, distinguindo, na medida do possível, o que representa o conjunto badeniano, sua espinha pedagógica, e o que se incorporou ou foi superdimensionado mediante um quadro de fortes apelos nacionalistas. A investigação aqui proposta, não obstante, guarda intrínsecas relações com o objeto examinado por Rosa F. de Souza e Adalson de O. Nascimento, a saber, os desdobramentos do escotismo sob uma atmosfera fortemente marcada pelas tendências cívico-patrióticas. Esse quadro favorável à distorção dos projetos escolares, talvez tenha afetado mais ainda as esferas educativas extra-escolares, no sentido de que as mobilizou e as adaptou por várias décadas através da ação discursiva de jornais, autoridades e intelectuais diversos simultaneamente às demais experiências de incorporação governamental, como nos casos de escotismo escolar e de submissão voluntária do movimento no Brasil durante o Estado Novo, quando se tornou uma espécie de apêndice da Juventude Brasileira. Nesse compasso, é

possível verificar atualmente os ecos do processo de emancipação pedagógica e social desse segmento extra-escolar, onde ainda se faz mister desmentir e esclarecer as distorções adquiridas durante os períodos de propaganda nacionalista.

A perspectiva teórica aqui esboçada se baseia, de modo central, na obra de R. Chartier (1990) e na busca de uma relação com o texto de B. Baczko sobre o “imaginário social” (1984). As representações e as práticas culturais em torno do escotismo e dos eventos cívico-escolares em Laguna serão relacionados, então, a fim de compreendermos a construção de uma memória histórica de tendência nacionalista.

### Nacionalismo e escotismo na Primeira República

O período no Brasil conhecido como Primeira República (1889-1930) foi revelador de continuidades no campo econômico, mas de movimentos relevantes no sentido de transformar uma situação social problemática, fundada no analfabetismo e na exclusão política dos segmentos populares do país. Os discursos e algumas ações dos partidos republicanos e de intelectuais expressivos nessa época se orientavam na busca de uma renovação educacional e de um projeto cívico em relação à sociedade do novo regime. Nesse sentido, a área da educação sofreu importantes iniciativas. Como registra Rosa Fátima de Souza: “o advento da República em 1889 ratificou a crença no poder da educação popular, ressaltada, a partir de então, como instrumento de consolidação do novo regime político e de manutenção da ordem social” (2000, p. 106).

A questão do sufrágio limitado aos cidadãos alfabetizados também realçava a necessidade de uma escola primária nova, como mais um elemento a legitimar as novas instituições políticas pós-1889 e a promover a organização da sociedade.

A República proclamada em 1889 teria de administrar desde os seus primeiros anos questões sociais de grande vulto. O descontentamento de alguns grupos militares, de setores da igreja católica e, principalmente, a grande exclusão social comprometiam o futuro progresso e, mais, ameaçavam o próprio desdobramento presente do regime, haja vista a turbulência durante os primeiros anos republicanos, onde os conflitos aconteceram do Norte ao Sul do país. As classes ou grupos dirigentes tiveram de, ao

mesmo tempo em que combatiam as greves e demais revoltas no meio social de então, buscar alternativas concretas para a resolução dessa questão social, que sem dúvida representava o grande problema a ser solucionado.

A influência européia sobre os grupos dirigentes da Primeira República foi significativa. A concepção de “educação integral”, derivada da obra de H. Spencer “*Education: intellectual, moral, physical*”, teve grande circulação nos discursos de políticos e intelectuais brasileiros da época. Rui Barbosa, inclusive, considerou seriamente essa idéia spenceriana quando defendeu a renovação dos programas do ensino primário e das demais instituições complementares da instrução pública, em 1882 (SOUZA, 2000, p. 107). Nesse processo de adaptação das instituições públicas aos grupos republicano-positivistas e, por extensão, à própria República houve corriqueiras inclusões e supressões de disciplinas, reformas de instrução pública, intervenção centralizada pelos governos estaduais. Nesse sentido, “grande ênfase foi dada à educação cívica, considerada elemento fundamental para o soerguimento moral da nação, para a cultura do patriotismo e para a defesa da nacionalidade” (SOUZA, 2000, p. 110).

Além das matérias incorporadas ao currículo, outras atividades de grande significado foram inseridas na esfera escolar. Essas “compunham-se de comemorações às ‘datas nacionais’, de rituais para hasteamento da bandeira nacional e hinos pátrios, além de uma série de outras festividades que foram englobadas sob o título de ‘cívicas’, compondo com as demais disciplinas o cotidiano escolar” (BITTENCOURT, 1992, p. 44). As armas nacionais, a (nova) bandeira do país e o hino da nação foram os principais símbolos da República, que escolheu Tiradentes como o herói e mártir cívico a ser cultuado socialmente. Carvalho (1990) e Bittencourt (1992), principalmente, foram autores que salientaram as estratégias experimentadas para a imposição desses elementos culturais, juntamente às resistências e dificuldades na apropriação desses desfiles-rituais e representações simbólicas.

O contexto da década de 1910 salienta, de modo expressivo, a participação de numerosos intelectuais na promoção do nacionalismo, como Olavo Bilac, que em 1916 funda a Liga de Defesa Nacional. O poeta foi figura de extremo destaque nas três primeiras décadas do novo regime, influenciando sobremaneira os caminhos da educação e

da política naquele período. Defendia a remodelação educacional, onde os valores cívicos em geral, como o patriotismo, o culto aos heróis e aos símbolos da nação deveriam ser ensinados à juventude, que, aos olhos do ícone parnasiano, estava mal conduzida. Um dos meios de recuperação da sociedade brasileira seria a escola, outro meio seria o quartel: “A escola é o primeiro reduto da defesa nacional; a menor falha do ensino e o menor descuido do professor podem comprometer sem remédio a segurança do destino do país” (BITTENCOURT, 1992, p. 49).

Apesar das críticas recebidas, as quais se concentravam especialmente no seu militarismo, o pensamento da Liga de Defesa Nacional se expandiu grandemente, de tal forma essa expansão que a essa instituição vieram se juntar outras, com muita semelhança nas bases de sua mobilização (NAGLE, 1974, p. 68). Para a penetração harmônica dos princípios cívicos e militares, Bilac e os intelectuais inspirados em suas idéias incentivaram a fundação de grupos escoteiros e linhas de tiro pelo Brasil, enviando correspondências às associações escoteiras de várias capitais e comprometendo-se a “fornecer a todas as associações co-irmãs as informações necessárias ao funcionamento dos batalhões” enviando-lhes “todas as publicações que já está distribuindo e vai distribuir”.<sup>i</sup> O reflexo dessa atuação aparece já em 1917, quando em 11 de junho, o então Presidente Wenceslau Braz sanciona o decreto nº 3297 que no artigo 1º estabelecia: - “São consideradas de utilidade pública, para todos os efeitos, as associações brasileiras de escoteiros com sede no país” (NASCIMENTO, 2004, p. 48).

É assim, durante o processo de nacionalização da educação do país e de significativa circulação de idéias em torno do quadro social e político interno, que aparece e “se intensifica nos meios educacionais e políticos a defesa do escotismo como fator de educação do caráter e de defesa da pátria” (SOUZA, 2000, p. 110). O movimento escoteiro se insere no contexto europeu de valorização do sentimento nacional entre a juventude, sendo fundado e desenvolvido pelo general inglês Robert Baden-Powell, em 1906-7, organizado no livro “*Scouting for boys*” (1908). A experiência inglesa logo se espalhou pelo Velho Continente e pelos Estados Unidos. Foi introduzido no Brasil em 1910, na cidade do Rio de Janeiro, onde foi impulsionado por Olavo Bilac e Mário Cardin. A Associação Brasileira de Escoteiros (ABE) foi criada em 1914 e, posteriormente, em 1924,

fundada a União dos Escoteiros do Brasil (UEB). Segundo Henri Joubrel, renomado educador e líder escoteiro da França no século XX, Baden-Powell “propunha simplesmente um método de *educação ativa*” (1969, p. 17), cujos objetivos o próprio militar e educador inglês teria assim elencado no seu “Guia do chefe escoteiro”:

- 1 – Formação do caráter;
- 2 – Saúde;
- 3 – Habilidade;
- 4 – Serviço ao próximo;
- 5 – Procura de Deus, ou de um ideal elevado. (JOUBREL, 1969, p. 20)

É importante enfatizar, sobretudo, que o escotismo brasileiro do período bilauiano é assimilado como uma pedagogia de civismo, uma forma de intervenção extra-escolar a fim de fazer frente a “insuficiência da escola na formação do caráter”, juntamente à constituição de uma forte identidade nacional (ZUQUIM; CYTRYNOWICZ, 2002, p. 45) É certo que a assimilação do escotismo no Brasil da 1ª República valorizou mais certos aspectos políticos, como o cultivo excessivo do sentimento pátrio e da obediência social. Todavia, na base do escotismo conforme Baden-Powell esses elementos não eram superiores ou inferiores aos outros pressupostos pedagógicos, mas faziam parte de um plano maior de formação da personalidade nos jovens (JOUBREL, 1969, p. 18-36). Dessa forma, torna-se possível inferir o caráter seletivo da escola badeniana no período e no país aqui destacados.

“Em todo o mundo, a doutrina, os valores e a ritualística do movimento escoteiro estavam ligados a um contexto de emergência do nacionalismo e da busca pela construção de identidade e formação das nações” (NASCIMENTO, 2004, p. 70). Nesse panorama específico, o escotismo se inseriu de modo oportuno para a doutrinação das crianças e adolescentes, muito pelo fato de associar em suas práticas instrução cívica, eugenia e patriotismo. Assim como o fundador do movimento, os nacionalistas brasileiros acreditavam na eficácia do escotismo em produzir uma cidadania responsável, preparada para enfrentar as adversidades, consciente de seus deveres para com a pátria.

Em 1928, o governo federal, através do decreto n. 5.497, assegurou a UEB “o direito de porte e uso de todos os uniformes, emblemas, distintivos, insígnias e lemas que

forem adaptados pelos seus regulamentos, aprovados pelo Governo da República, como é necessário para a realização dos seus fins” (IDEM, p. 51). Convém ressaltar que o presidente nacional da época, Washington Luiz, assinante do decreto, fôra vice-presidente da ABE alguns anos antes. Essa medida também previa o auxílio da instituição governamental ao escotismo: “O Governo promoverá a adoção da instrução e educação escoteiras nos colégios e institutos de ensino técnico e profissional mantidos pela União” (IDEM). E a relação estatal com o movimento escoteiro não parou aí, estendendo-se para além da Primeira República, com a ascensão de Getúlio Vargas, quando recebeu “um apoio ainda maior do governo federal” (IDEM).

Em grandes centros como São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba houve a sua adoção como disciplina escolar, em substituição geralmente às matérias de educação cívica, higiene e ginástica, ou exercícios militares. Nessa modalidade da instituição escoteira, as instruções para sua prática nas escolas “traziam implícitas o reforço dos comportamentos almejados: a obediência incondicional às autoridades constituídas e à hierarquia social” (BITTENCOURT, 1992, p. 50). Nessa perspectiva escolar, o escotismo representava quase que um marco de referência cultural, por meio do qual seria possível formar um indivíduo identificado com certos princípios coletivos, que seria dono de uma conduta ajustada às normas das instituições políticas. Como em todo conceito de pedagogia, tinha-se em vista a edificação de uma determinada sociedade, e essa modalidade escolar do movimento badeniano desempenhava, então, o papel de modelo formador, apresentando e traduzindo “um código coletivo segundo o qual se exprimem as necessidades e as expectativas [...] dos agentes sociais” (BACZKO, 1984, p. 307). No caso paulista, por exemplo, em 1921 o governo estadual chegou a declarar que todo estudante matriculado na sua rede pública deveria ser considerado como aspirante a escoteiro (decreto 3.355) (SOUZA, 2000, p. 111-112).

### Na terra de Anita Garibaldi...

O Estado catarinense fora palco, no amanhecer do novo regime, de grandes resistências de ordem política e também social, como a Revolta da armada e a Guerra do Contestado. Esse quadro dificultava ainda mais a assimilação republicana pela sociedade

estadual, ao que governadores como Hercílio Luz e instituições do Estado, como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina se engajaram na construção de representações favoráveis ao governo republicano, edificando uma tradição catarinense com relação à República. Esta relação seria marcada pela República Juliana, em 1839, e Laguna ganhava, portanto, destaque no quadro discursivo oficial em Santa Catarina (BITENCOURT, 1997).

Nesse sentido, torna-se compreensível o contexto cultural lagunense, localizado sobretudo em sua imprensa, onde a propaganda dos padrões republicanos era realizada com a constante evocação de uma proto-identidade do município com relação a esses ideais. A busca de maior relevância no cenário estadual era, ao que parece, um objetivo maior, posto que naquele período inicial da República, Laguna aparecia alijada no aspecto econômico e de crescimento urbano.

Em Santa Catarina, durante o período estudado, “o caráter nacionalista e o compromisso de moldar a alma brasileira, questão central da disciplina [de História], são, assim como aponta o *Regimento dos Grupos Escolares do estado de Santa Catharina*, de 1914, amplamente explorados em sala de aula” (MACHADO, 2007, p. 111). Gisele Machado também afirma a importância das atividades extra-escolares, “com solenidades que se infiltravam no cotidiano escolar e no âmbito social, reforçando práticas simbólicas e seus sentidos culturais desde o início da República” (IDEM).

A *Escola de Escoteiros de Laguna*, fundada no ano de 1917, participou diretamente dessa história tocante à construção de um imaginário coletivo republicano. Caracterizava-se como uma instituição de caráter extra-escolar e particular, tendo atuado em sintonia com a política nacionalista recorrentemente apontada nas linhas deste trabalho. As suas práticas sociais e a circulação de representações relacionadas à sua atividade estiveram significativamente conectadas às experiências públicas e aos debates intelectuais e políticos da Primeira República, sendo que um grande saldo da prática escoteira no município catarinense de Laguna passa pela sua ação durante as festas cívicas e de afirmação das “tradições nacionais”.



Fruto da iniciativa de um coletor de impostos chamado René Rollin, em 1º de janeiro de 1917 foi fundada a *Escola de Escoteiros de Laguna*. Interessante observar que essa fundação está situada em meio ao contexto de surgimento de algumas instituições nacionalistas, como a Liga de Defesa Nacional, em 1916, e a Liga Nacionalista do Brasil, em 1917, as quais registravam em seus respectivos estatutos o fomento a grupos escoteiros, linhas de tiro, entre outras associações (SOUZA, 2000, p. 110-111). A essa iniciativa de Rollin, integraram-se o escrivão da mesa de rendas federais, Álvaro Carneiro, e o diretor do Grupo Escolar Jerônimo Coelho, Luiz Trindade. Eram chamados, de acordo com o próprio Carneiro, “Bela Trindade”, “Alma Forte do Escotismo”, “Luzeiros da Mocidade”, “Pioneiros do Civismo” (“O DEVER”, 22/12/1918). Essa estrutura social do grupo lagunense remete à descrição feita por Rosa Fátima de Souza sobre o critério de distribuição hierárquica nos grupos escoteiros fundados até então, por indicação da Associação Brasileira dos Escoteiros (ABE). Nessa descrição, a autora revela que em São Paulo

o escotismo configurava-se como uma associação escolar e civil. Por isso as comissões regionais filiadas à ABE eram centralizadas na Diretoria Geral de Instrução Pública [de São Paulo], composta por um presidente e vice, um secretário e vice e um tesoureiro, todos membros da comunidade, além de um delegado técnico, designado pela Diretoria de Ensino, de preferência o diretor do Grupo Escolar ou um professor, e um instrutor (SOUZA, 2000, p. 113)

Nesse sentido, é importante observar a aproximação da instituição lagunense às prescrições organizacionais da ABE, que se referiam à modalidade escolar do escotismo, como era praticado em São Paulo desde 1917. No caso catarinense, o grupo fundado por Rollin se caracterizava como uma associação civil-voluntária, particular e de modo extra-escolar, mas que mesmo assim se ordenava com o diretor do Grupo Escolar local, como seu instrutor/diretor técnico, primeiro Luiz Trindade, depois em 1924 com João dos Santos Areão e em 1929 com Albano Espíndola, além dos chamados membros da comunidade, no caso René Rollin e Álvaro Carneiro, na primeira fase de existência (1917-18); depois Carneiro, que desde o começo fôra o Presidente, e o respectivo diretor do Grupo Escolar Jerônimo Coelho, até o começo dos anos 30, quando paralisam-se as atividades pela quarta vez. O número de crianças e adolescentes escoteiros ali era, nessa primeira época, de 40 a 50 alunos, conforme o jornal “O Albor” (07/10/1917), e não

contava com as chamadas bandeirantes, ou escoteiras.<sup>ii</sup> À guisa de registro, vale marcar que Trindade e Areão são os mesmos que durante o Estado Novo ocuparão o Departamento Estadual de Educação em SC, como diretor e sub-diretor técnico, respectivamente.



Figura 1: Membros fundadores da Escola de Escoteiros de Laguna, tendo atrás alguns alunos. Sentados, a partir da esquerda: René Rollin, Álvaro Carneiro e Luiz Trindade. Foto de 1917 (ARQUIVO PESSOAL DE MÁRIO J. REMOR)

A formalidade presente nessa importante fotografia remete, por exemplo, à outra célebre, da famosa Trindade Parnasiana, dos poetas Olavo Bilac, Raimundo Correia e Alberto de Oliveira, eternizada no Rio de Janeiro. Essas coincidências ou aproximações intencionais do período podem revelar aspectos muito interessantes, pois

a transmissão de elementos do passado ao historiador pela mensagem fotográfica [...] não deveria limitar-se ao âmbito da comunicação pura e simples. É, justamente, a busca da lógica de tais elementos num determinado tempo e espaço que faz com que adquiram um significado que tanto pode informar aspectos materiais [...], quanto revelar uma imagem/monumento: aquilo que, no passado, a sociedade queria perenizar de si mesma para o futuro (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 406-7)

As representações relacionadas ao grupo escoteiro lagunense manifestam um mesmo teor nacionalista, de incentivo patriótico e de moralização dos costumes. Tanto

os intelectuais e jornalistas quanto o Presidente da associação badeniana afirmavam a posição dos novos grupos políticos dominantes, em sua tendência republicano-positivista. Assim se pronunciou, por exemplo, Álvaro Carneiro durante a festa para a graduação dos escoteiros “mais distintos” em 22 de julho de 1917:

[...] Sêde bons Escoteiros, pois que o programa do Escotismo é o programa de redenção de um povo. Cumpri sempre os vossos deveres de Brasileiros, quer nos dias venturosos da paz, quer nos dias tristes, mas gloriosos, da guerra. [...] A criança simboliza o futuro – é a vida; é o entusiasmo, é a esperança, é a força que vai surgir da vontade educada. Bilac foi a semente – a grande semente germinadora. Os Escoteiros são o fruto que a Pátria bendirá. Hoje, compõem o Batalhão da Esperança. Amanhã, serão os defensores de um Brasil cada vez mais forte, mais poderoso e respeitado; serão os patriotas conscientes dos seus deveres que jamais ouvirão o epíteto – covardes -; [...] serão os bravos que, rompendo as trevas densas do fumo das metralhas, marcharão, se preciso for, para os campos de batalha, fazendo ecoar no espaço as notas vibrantes do Hino Nacional e bradando com orgulho e entusiasmo: Viva o Brasil! (“A NOTA”, 26/07/1917)

Nesse sentido, é evidente a influência dos discursos patrióticos dos centros urbanos de referência nacional durante a Primeira República sobre o dirigente máximo da *Escola de Escoteiros de Laguna*. Também fica destacado o papel do escotismo como elemento reformador e de preparação militar. A imprensa local, no período selecionado para a pesquisa, atuava firmemente pela defesa da instituição, que continuou sendo chamada por muito tempo “o Batalhão da Esperança”. O jornal “O Albor”, por exemplo, cujo dono, Antônio Bessa, era um dos dirigentes do Partido Republicano naquela cidade, publicava com regularidade textos laudatórios do grupo escoteiro, classificando-o ora como “Escola de Civismo”, ora como “Batalhão da Esperança”, entre outros.

O que, sobretudo, ganha realce é a própria regularidade com que esse veículo de informação e os outros pesquisados no âmbito municipal (“A Nota”, “O Dever”, “A Cidade”) transformam a simples *Escola de Escoteiros de Laguna* em fato superlativo, em fenômeno de interesse público. No ambiente da Primeira República era atribuído aos jornais um papel de difusor dos signos e representações coletivas propostos pelos agentes intelectuais e políticos do novo regime. Essa difusão, de grande vulto, tinha impacto localizado, fazendo certa ressonância entre os setores médios (CARVALHO,

1990, p. 139). É possível inferir a afinidade dessa imprensa lagunense com a campanha republicana em torno da educação preconizada pelos órgãos de notícia dos centros políticos mais tradicionais do país. E a instituição mais apropriada para identificar os códigos e a representação coletiva desejados pelo novo regime, pelo menos na “terra de Anita”, seria a Escola de Escoteiros, juntamente ao grupo de tiro “137”, outra instituição local, mas de menor influência.

Vale ressaltar que nessa cidade, durante a Primeira República, o discurso autorizado sinalizava frequentemente para o seu marco fundador republicano, seu passado e seus princípios em sintonia com essa forma de governo, de onde refletimos a perspectiva daquela imprensa lagunense. As instâncias capazes de legitimar ou não a aceitação do escotismo de Laguna como uma associação exemplar estavam, pois, nesse discurso autorizado da imprensa, haja vista a própria relação política em torno do seu proprietário. A mídia local, então, teve importante papel na construção do instituição badeniana como um modelo cultural, um “Batalhão da Esperança”, e o seu discurso não pode ser visto como algo transparente, mas antes como um instrumento de poder, com um lugar social e político.

O funcionamento do grupo escoteiro se deu de forma intermitente, sendo o 1º período de janeiro de 1917 a novembro de 1918, ocasião em que Laguna conviveu com o surto de Gripe Espanhola e, simultaneamente, com o adoecimento de Rollin, fundador e líder do grupo escoteiro local, que veio a falecer em dezembro do mesmo ano. Ele, certamente em um espírito de auxílio, se entregara à retirada dos corpos de civis infectados pela gripe espanhola da rua, além de outros serviços, quando também contraiu a doença e, em pouco tempo, convalesceu isolado da família. Segundo os dados, mais escoteiros participaram da ação de auxílio ao município durante esse ano de epidemia, não falecendo ninguém além de Rollin. Para piorar a situação, coincidiu de Luiz Trindade, instrutor da instituição e diretor do Grupo Escolar Jerônimo Coelho, ser transferido pelo governo estadual, assumindo a diretoria de ensino em Lages, transferência que se concretizou no início de 1919.

O estado de coisas derivado dos novos fatos gerou uma dificuldade insolúvel ao presidente da *Escola*, Carneiro, que decretou o encerramento das atividades em janeiro

do ano de saída de Trindade, provocando ainda a insatisfação da sociedade letrada da cidade, que por meio de Tito Carvalho, de certa maneira, expressou seu sentimento naquela ocasião com o título de “A morte de uma instituição”:

a transferência de Luiz Trindade, provocando a retirada de Álvaro Carneiro, é a queda inevitável de uma instituição catarinense que logrou ser classificada, por pessoa entendida, como a segunda do Brasil. E nós lamentamos, choramos até, o esboroamento dessa utilíssima corporação, cujos juvenis associados deram, nos angustiosos dias que Laguna atravessou, o mais belo exemplo de desprendimento e de caridade, desempenhando custosos trabalhos e expondo-se corajosamente ao perigoso contágio da terrível e traiçoeira epidemia. Graças a Deus não é ela que se suicida (“O ALBOR”, 19/01/1919)

A rigor, o falecimento de seu fundador e a transferência de seu instrutor não foram mais que a gota d’água para a paralisação das atividades da *Escola de Escoteiros de Laguna* em janeiro de 1919. Já apresentava “dificuldades ainda a vencer, oriundas unicamente da deficiência dos recursos pecuniários” (“O ALBOR”, 07/10/1917) desde o seu primeiro ano de existência, pedindo, por isso, “o auxílio financeiro do município, do Estado e dos lagunenses” (IDEM). Concretizado o término do seu funcionamento nessa primeira fase de atuação, buscou a imprensa da cidade estabelecer uma identidade gloriosa, superior, em relação a esse passado em que contava com a sua “Escola de Civismo”. João Bitencourt, por exemplo, afirma sobre Laguna uma certa característica passadista, onde “o referencial dos que hoje almejam prosperidade, localiza-se no passado: pensa-se em voltar a ser como já foi” (1996, p. 53). A forma dessa representação, naquele momento, foi repetida no que se refere também à remissão do grupo escoteiro, lembrado principalmente na época de celebração dos símbolos nacionais e das festas cívicas.

O ano de 1924 significou não apenas o retorno das atividades da *Escola de Escoteiros de Laguna*, mas também o seu ano mais monumental, no sentido de perpetuar a sua recordação. Após seguidos apelos veiculados na imprensa municipal, especialmente o de Tito Carvalho, intelectual já mencionado, que, elogiando o escotismo paulista, lançou claramente a sua intenção com o exemplo: "São Paulo possui cem mil escoteiros, note-se bem, e nós não contamos em nosso Estado um só. Sugerimos destas colunas a idéia do

soerguimento da Escola de Escoteiros em Santa Catarina” (“O ALBOR”, p. 04/11/1923). Pouco tempo depois dessa manifestação, em fevereiro de 1924, ela se reorganiza, ainda com Álvaro Carneiro como seu dirigente máximo, e com o diretor do Grupo Escolar da cidade, João dos Santos Areão, como seu diretor-técnico/instrutor. Os dados indicam que a associação badeniana lagunense não é considerada por Carvalho como instituição representativa apenas daquela circunscrição municipal, mas, sobretudo, um elemento de vulto catarinense.

Para compreender o caráter peculiar desse ano de reativação do grupo escoteiro lagunense, antes é preciso esclarecer uma das práticas mais comuns do escotismo brasileiro por muito tempo, que era o exercício dos *raids*, como chamavam na época os grandes deslocamentos, que se somavam à proposta de eugenia na base do movimento pedagógico conforme Baden-Powell, proposta que consiste na realização de uma educação integral. Nos primeiros anos de atividade, a *Escola* fundada por Rollin praticava com regularidade essas saídas terrestres, ou *raids*, de modo que esses momentos não se resumiam ao mero ajuntamento e posterior viagem dos escoteiros. Eram momentos de desfile e celebração cívica, com cantos e marchas, onde a população em geral se aglomerava no centro da cidade para apreciar essa prática ritualizada, que na ocasião das datas nacionais recebiam maior aparato e dimensão com a adesão das instituições de ensino municipais.

Temos registro de *raids* dos jovens lagunenses a várias cidades e também a regiões distantes dentro da sua própria cidade. Porém, o maior desses deslocamentos ocorreria em 21 de abril de 1924, logo após a reiniciação da *Escola*. Segundo “O Albor”, partiram “aproveitando a data cívica de 21” seis escoteiros, entre chefe, sub-chefe e alunos, com dois destinos planejados: Fernando Eghert e Antônio Faísca em direção a Montevideu e Buenos Aires, e Mário Emílio Remor, Sylvio R. Teixeira, João Francisco Rosa e Sady Magalhães com destino ao Rio de Janeiro.

Desde os primeiros passos dos corajosos rapazes, a imprensa lagunense e até mesmo a de outras cidades catarinenses, como a capital, manifestavam uma grande atenção, registrando, no caso de Laguna, durante os três meses de viagem terrestre, todas as etapas vencidas pelos “seus” escoteiros, inclusive publicando a repercussão

nacional que causava a grande viagem, nos dois sentidos em que ocorriam. A forma alucinante como aconteceu a construção da caminhada em um evento público incentivou a difusão do símbolo “cidadão-escoteiro”, cuja função não se limitaria a uma certa classificação social, “mas também introduzir valores, modelando os comportamentos individuais e coletivos e indicando as possibilidades de êxito dos seus empreendimentos” (BACZKO, 1984, p. 311).

O próprio dia da partida dos escoteiros caracteriza a força do seu simbolismo nessa relação de sentido que tinham com o discurso autorizado de Laguna, dia 21 de abril, feriado de Tiradentes, mártir da República. Os *raidmen* lagunenses, ao chegarem no Rio de Janeiro, no caso os três que tinham esse trajeto (Sylvio R. Teixeira ficou em Curitiba por conta de uma lesão, voltando depois para a cidade de Laguna), demonstraram na capital federal a grande responsabilidade que talvez estivesse combinada com os dirigentes do escotismo lagunense ou então lhes fôra incumbida: levar uma mensagem-apelo em prol da construção do porto em Laguna para o escoamento da produção mineral no sul de Santa Catarina “e entregar pessoalmente ao exmo. Presidente da República” Artur Bernardes (“O ALBOR”, 27/07/1924) A volta dos escoteiros para Laguna foi preparada com requintes de apoteose pelos veículos de informação da cidade, onde era afirmado que

[...]É justo, portanto, que ‘a’ Laguna, engrandecida e feliz, receba festiva e entusiasticamente os filhos queridos que ora voltam ao seu seio, comparecendo ao desembarque deles por meio das autoridades, classes conservadoras, escolas, associações em geral e do seu povo e aclame delirantemente aqueles que, dando novo brilho às suas tradições, foram levar-lhe o nome ao Urugüai, e à Argentina, e entregar pessoalmente ao exmo. Presidente a mensagem [...]

É nítida a perspectiva do artigo de revigorar a importância da cidade, agora alçada nacional e internacionalmente como espaço de valor, e graças ao triunfo dos escoteiros. Estes, acima da promoção do município a essas esferas territoriais, tornaram possível uma resposta moral àquele discurso desqualificador dos cidadãos litorâneos, muito gratuito ainda hoje em Santa Catarina, onde esses cidadãos são estigmatizados como indolentes, de saúde comprometida, não-promissores economicamente (BITENCOURT,

1997, 124-170). Laguna, então, encontraria outro status moral no seu Estado, os ares de Anita e Garibaldi parecem pairar sobre a cidade novamente.

O grupo escoteiro de Laguna não se caracterizou apenas pelos discursos que lhe depositou a intelectualidade municipal e/ou pelos *raids* impressionantes, mas, principalmente, pela presença marcante nas celebrações cívicas e de afirmação das “tradições nacionais”. A participação da Escola fundada em 1917 tinha, dessa maneira, um caráter quase que unificador, organizador das atividades festivas públicas, onde desenvolvia o papel de modelo formador, polarizando os adjetivos e produzindo o fascínio popular por meio do espetáculo que criava em suas apresentações nas datas de comemoração cívica.

### Considerações Finais:

Para Baczko, a relação de apropriação do imaginário e a conseqüente prática sugestiva ou de circulação são compreensíveis na medida em que “ao produzir um sistema de representações que ao mesmo tempo traduz e legitima a sua ordem, qualquer sociedade instala também ‘guardiães’ do sistema, que dispõem de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos” (1984, p. 299). Nesse sentido, e não só no âmbito do discurso jornalístico, as ações do grupo escoteiro local entre 1917 e 1930 foram de proporção monumental, favorecendo a construção de uma identidade republicana, mesmo atuando fora do espaço escolar específico. A construção do “fato” escotismo em “acontecimento histórico” pelo periodismo lagunense é emblemático também pela peculiaridade histórica dessa cidade, conforme aludimos anteriormente, apontando as suas dificuldades econômicas durante a Primeira República em contraposição à importância política que a mesma experimentou no passado. Mesmo assim, nessa construção jornalística é possível identificar que, sobretudo, “as representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse de um grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17). Nesse sentido, há na experiência lagunense o desdobramento de mecanismos de circulação e apropriação de modelos culturais fundados em uma esfera



discursiva autorizada nacional, como as ligas nacionalistas do período e seus representantes notáveis.

## Referências

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.

BITENCOURT, João Batista. Uma cidade de história – Laguna: o passado e o presente nas engrenagens do discurso. In: **Esboços**. Florianópolis: UFSC/PPGH, v. 4, n. 4, p. 47-54, 1996.

\_\_\_\_\_. **Clio positivada**: a artesanaria da cidade histórica de Laguna. Florianópolis: Dissertação (mestrado em História) UFSC, 1997.

BITENCOURT, Circe M. F. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (org.). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, R. **A história cultural** – entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

JOUBREL, Henri. **O Escotismo na educação e reeducação dos jovens**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1969. Tradução: Maria J. A. de Athayde.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

MACHADO, Gisele Terezinha. **Escreveu, não leu, o pau comeu**: A escola de aprendizes-marinheiro de Santa Catarina (1889-1930). Florianópolis: Dissertação (Mestrado em Educação), 2007.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. Educação e civismo: Movimento escoteiro em Minas Gerais (1926-1930). In: **Revista Brasileira de História da Educação**, n 7 jan./jun. 2004.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A escola de Baden-Powell**: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de Estado no Brasil. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. A Militarização da Infância: Expressões do Nacionalismo na cultura brasileira. In: Cadernos Cedes. **Cultura escolar** - história, práticas e representações. São Paulo: Unicamp, nº 52, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

ZUQUIM, Judith; CYTRYNOWICZ, Roney. **Notas para uma história do escotismo no Brasil: a “psicologia escoteira” e a teoria do caráter como pedagogia de civismo (1914-1937)** Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, nº 35, p. 43-58, jul. 2002.

### Fontes

Jornal “**O Albor**”, Laguna, 1917-1930. Biblioteca Pública do Estado.

Jornal “**A Nota**”, Laguna, 1917. BPESC.

Jornal “**O Dever**”, Laguna, 1916-19. BPESC.

Jornal “**A Cidade**”, Laguna, 1925-30. BPESC.

Revista “**O Santelmo**” – quinzenário independente de artes, letras, sociologia e ciências. Edição nº 5. Laguna: fevereiro/junho de 1922, ano I. Arquivo Público de Laguna (APL)

Revista “**Ideal**” – mensário independente de artes, letras, sociologia e ciências. Edição nº 1. Laguna: junho de 1921, ano I. APL

Entrevista concedida por Mário José Remor ao autor. Laguna, 04/09/2008. Arquivo do Autor.

---

<sup>i</sup> [http://www.escoteiros.org.br/escotismo/escotismo\\_no\\_brasil.php](http://www.escoteiros.org.br/escotismo/escotismo_no_brasil.php) Acesso em 19 jun. 2008.

<sup>ii</sup> Esses dados fundamentais da instituição lagunense foram, praticamente todos, colhidos por meio das pesquisas nos jornais da cidade, sendo que a entrevista concedida pelo sr. Mário José Remor foi de grande utilidade para a certificação desses dados, além da enorme contribuição histórica geral. O grande problema relativo às informações burocráticas e gerais da Escola lagunense é o mesmo de muitas outras instituições históricas do Brasil: seus documentos se perderam no grande desprezo que a nossa sociedade nutre pelos “papéis velhos”. Perdidos seus documentos e muitos de seus dados, orientamo-nos, principalmente, pelos jornais.